



Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à revista Indústria Brasileira, editada pela CNI

Brasília-DF, 21 de dezembro de 2004

Jornalista: Como o senhor avalia o diálogo governo-indústria, iniciado em abril, quando a CNI entregou ao governo o documento “Agenda Pró-Crescimento para 2004”? Na visão do Governo, quais deverão ser os próximos passos nesse diálogo e quais seus desdobramentos imediatos?

Presidente: O principal compromisso do nosso governo é a construção, em conjunto com a sociedade brasileira, de um novo ciclo sustentável de crescimento e desenvolvimento social para o País. Nesse sentido, os temas e as sugestões encaminhadas no documento da CNI são convergentes com as prioridades do Governo Federal. Nas várias vezes em que visitei a CNI sempre deixei claro que desejo manter um diálogo em alto nível com a indústria, para uma ação conjunta na superação dos obstáculos ao desenvolvimento no País. E acho que conseguimos grandes avanços nesses dois primeiros anos de governo. Fizemos a reforma da previdência, o país voltou a crescer – num ritmo que não se via há mais de uma década – e a capacidade instalada pela indústria atingiu o recorde de 86,1% em outubro. Além disso, a importação de bens de capital cresceu 18,1%, provando que os investimentos estão voltando, sem falar nos desembolsos do BNDES, que cresceram 31,8% no mesmo período. O resultado disso tudo é que a produção de bens de capital no país aumentou 25,7% até setembro de 2004 e as exportações atingiram a marca dos US\$ 94 bilhões este ano – só entre os produtos industrializados verificamos um crescimento de 30%. Por conta disso, apenas no setor da indústria foram acrescentados 550 000 empregos formais. Para 2005, temos toda uma agenda estruturada na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio



Exterior (PITCE), fruto também desse diálogo com a indústria que eu estava falando. Ela inclui a nova lei de inovação aprovada pelo Congresso Nacional, a questão das Parcerias-Público-Privadas para solução dos gargalos de infraestrutura e um esforço para o desenvolvimento das cadeias produtivas e a substituição competitiva com produção nacional dos itens que mais oneram a pauta de importação. É por isso que tenho dito que termino o ano feliz e otimista. Trata-se de um otimismo baseado em fatos, não em boa vontade apenas.

Jornalista: O governo tem avançado na adoção de medidas sugeridas pela Confederação Nacional da Indústria, especialmente na desoneração tributária do investimento. No entanto, outro grande entrave ao investimento privado no Brasil está no elevado custo do financiamento, sendo importante que o custo do capital também siga parâmetros mundiais. Qual a agenda do governo sobre essa questão?

Presidente: Concordo totalmente com a importância da desoneração tributária do investimento, e o governo tem tomado diversas medidas no âmbito tributário. Em relação aos bens de capital sem similar nacional, o imposto de importação foi reduzido para 2% – uma diminuição significativa, já que antes ia de 14% para 4%. E pode chegar a 0% para os produtos que considerarmos estratégicos à PITCE. Essa desoneração já alcançou mais de 1500 produtos nas áreas de bens de capital, informática e telecomunicações. Outras iniciativas importantes estão contempladas no Programa Investa Já – uma sugestão dos empresários feita no Conselho Nacional do Desenvolvimento Industrial, prontamente acatada pelo governo. O programa foi anunciado em setembro e previsto em uma Medida Provisória apreciada pelo Congresso Nacional. Um dos itens da proposta é a depreciação acelerada sobre bens de capital adquiridos a partir de outubro de 2004 até o final do próximo ano. Essa



depreciação será deduzida da CSLL, e o prazo de depreciação desses bens será reduzido de 10 para 4 anos. Para as empresas que operam em três turnos, o prazo passa para dois anos. Outra medida importante é a devolução antecipada do PIS/COFINS e do IR. O PIS/COFINS pago na aquisição de máquinas e equipamentos será creditado mês a mês, no prazo de dois anos – benefício aplicado aos bens adquiridos entre primeiro de outubro de 2004 e 31 de dezembro de 2005. Em relação a financiamento, outra medida importante foi a implementação do Modermaq, cujo objetivo é financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais novos, com vistas a modernizar nosso parque industrial. O conta com recursos de R\$ 2,5 bilhões disponibilizados para financiamentos.

Jornalista: De que modo o seu governo pretende superar as assimetrias regionais, considerando-se a escassez de recursos públicos para investimentos? Qual é o papel do setor privado na agenda de desenvolvimento regional do governo?

Presidente: As assimetrias regionais brasileiras são resultantes do processo histórico de desenvolvimento do País. Isso dá a dimensão do desafio que se coloca para a sociedade brasileira para atuar concretamente na redução dessas desigualdades regionais. O problema é complexo e acho que a promoção de investimentos, com oferta de crédito em condições favorecidas, por si só, não é suficiente. Há décadas temos os Fundos Constitucionais que são muito importantes ao desenvolvimento das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do País. No entanto, muito mais tem que ser feito pelos diversos atores envolvidos: governos estaduais, municipais, universidades, empresários e ONGs, além do próprio Governo Federal. De nossa parte, estamos empenhados em implementar projetos estruturantes como o que vai levar as águas do rio São Francisco para o semi-árido nordestino, a modernização de



portos e aeroportos e a melhoria geral da infra-estrutura. Além disso, estamos fomentando o desenvolvimento da agricultura irrigada e do turismo. Vale destacar também a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, estratégico para a região Norte. Mas quero repetir que, mesmo com todas essas iniciativas, o desenvolvimento regional é uma construção coletiva – requer forças propulsoras locais também, por meio do progresso técnico, do empreendedorismo, da educação. Forças que temos procurado alavancar no trabalho com os Arranjos Produtivos Locais, na formação de redes de empresas, consórcios de exportação e nas cooperativas de crédito e apoio à capacitação tecnológica.

Jornalista: Como o senhor avalia a importância do investimento privado na expansão da infra-estrutura no Brasil? Qual é o papel das agências reguladoras neste processo?

Presidente: O investimento privado é não apenas bem-vindo como essencial ao desenvolvimento econômico e social do País. O crescimento sustentado da nossa economia depende de investimentos em infra-estrutura. E, uma vez que a poupança pública é insuficiente para prover a totalidade de recursos necessários, estamos empenhados na aprovação do projeto de lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), que vai possibilitar a cooperação entre o setor público e a iniciativa privada nesses investimentos. Só assim será possível a canalização prioritária dos recursos públicos para a área social, objetivo maior deste governo. A questão é que para atrair investimentos privados internos e externos é necessário adotar um marco regulatório adequado e eficiente dos serviços, que promova a segurança contratual dos investimentos e resguarde tanto o interesse público quanto o dos investidores. No setor de energia, por exemplo, avançamos bastante nesse processo de regulação. No que se refere às PPPs, estou confiante em sua aprovação pelo



Congresso Nacional, após promover os aperfeiçoamentos que os senadores e deputados julgarem pertinentes.

Jornalista: Com sua experiência de líder sindical, qual sua visão sobre o futuro do modelo de relações trabalhistas e de representação sindical para o Brasil?

Presidente: Minha história de vida se confunde com a luta pela liberdade e autonomia sindical. Por isso, é um compromisso do meu governo promover uma reforma sindical e trabalhista que seja fruto da negociação entre governo, trabalhadores e empregadores. Para isso foi criado o Fórum Nacional do Trabalho, que já concluiu a proposta de reforma sindical e elaborou, com base no resultado das negociações, o Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais. A proposta prevê alterações na organização sindical, na negociação coletiva, nas formas de solução de conflitos, no direito de greve e na representação dos trabalhadores no local de trabalho. Esse é o primeiro passo para o amplo reordenamento jurídico-institucional das relações de trabalho que se faz necessário no Brasil. A mudança na legislação trabalhista é o passo seguinte. Queremos atualizar as leis trabalhistas para torná-las compatíveis com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com a realidade atual do mundo do trabalho, de forma a reduzir a informalidade na economia e permitir maior equilíbrio social entre os atores. Quanto a isso, tanto empresários quanto trabalhadores podem ficar tranquilos. As mudanças serão negociadas e trarão benefícios para todos.

Jornalista: As micro e pequenas empresas são responsáveis pela grande maioria dos empregos no País. No entanto, são empurradas para a informalidade devido a obrigações tributárias excessivas e procedimentos burocráticos que dificultam a operação e criação de novos empreendimentos. Como o seu governo pretende mudar essa situação?



Presidente: De acordo com dados do Sebrae, as micro e pequenas empresas representam 98% da totalidade de empresas estabelecidas no País. Elas participam com 43% da renda total e proporcionam ocupação para 60 milhões de brasileiros. Isso mostra a relevância que elas têm para o desenvolvimento econômico e, principalmente, social do Brasil. A ação governamental tem visado a adoção de políticas públicas que garantam um ambiente institucional e regulatório adequado ao porte e aos custos que elas têm, de modo a facilitar sua sobrevivência competitiva no mercado. Posso mencionar, por exemplo, a Lei Complementar que instituiu tratamento favorecido nos aspectos previdenciário, trabalhista e tributário aos pequenos negócios com faturamento anual bruto inferior a 36 000 reais. Ela vai incentivar a formalização de microempresários como artesãos, camelôs, feirantes, entre outros. Com relação aos procedimentos burocráticos, quero destacar o grupo de trabalho interministerial que inclui o Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e a Secretaria da Receita Federal. Eles estão implementando várias medidas de desburocratização na abertura, funcionamento e fechamento das empresas. Por exemplo, a criação de um cadastro nacional de micro e pequenas empresas, além da utilização de formulários padronizados e lista simplificada de documentos. Temos estimulado também a formação de cooperativas de crédito como forma de reduzir o custo do dinheiro para as pequenas empresas. O recém-lançado Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vai beneficiar pequenos empreendedores com renda bruta anual de até 60 000 reais. A administração desse programa, em que os pequenos empreendedores poderão tomar até 5 000 reais de crédito, ficará a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego, que vai entrar também com orientação técnica de planejamento e gestão. Temos impulsionado as linhas de crédito do PROGER voltadas a micro e pequenas empresas, a taxas mais reduzidas que as disponibilizadas pelo sistema de



crédito convencional. Em 2004, até o mês de setembro, o PROGER Urbano e o projeto Empreendedor Popular realizaram mais de 950 mil operações de crédito, emprestando cerca de R\$ 2,6 bilhões. São números que demonstram a prioridade concedida pelo meu governo à sustentabilidade das micro e pequenas empresas e dos empreendedores populares.

Jornalista: Os procedimentos em vigor na área ambiental no Brasil têm sido alvo de críticas em virtude da morosidade e dos questionamentos sobre sua eficácia, especialmente nos projetos de grande porte, essenciais para a melhoria da infra-estrutura e da competitividade empresarial. Qual sua visão sobre esta questão?

Presidente: Em primeiro lugar, é preciso dizer que nas sociedades modernas a preocupação com o meio ambiente está definitivamente incorporada como fundamental à preservação das condições de vida no planeta. É natural que esse nível de consciência se transforme em regulamentação das atividades que causam impacto no meio ambiente. Quando falamos em crescimento sustentável no Brasil temos que levar em conta também esse aspecto: que país as nossas futuras gerações vão herdar? Quando assumi a Presidência, havia um acúmulo de problemas não resolvidos no que se refere aos estudos de impacto ambiental nas obras de infra-estrutura. Empenhamo-nos imediatamente em reduzir esse passivo, estabelecendo agendas convergentes entre o Ministério do Meio Ambiente e os ministérios responsáveis pelos projetos de infra-estrutura. A idéia é reduzir os prazos para cumprimento dos procedimentos e deliberações, sem tomar decisões que se mostrem irresponsáveis depois. A regra geral é que as obras de infra-estrutura somente sejam licitadas quando tiverem as questões relativas ao impacto ambiental devidamente equacionadas de acordo com a legislação. Um acordo de cooperação técnica ente o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas



e Energia foi firmado, por exemplo, para agilizar a Licença Prévia Ambiental dos empreendimentos destinados à expansão da oferta de energia elétrica. Iniciativa semelhante está sendo tomada com o Ministério dos Transportes para a regularização da situação ambiental de rodovias com pendências nesta área. Também pretendemos que, no caso de programas oficiais voltados para o desenvolvimento do setor agroindustrial, seja feita uma licença prévia do programa como um todo, facilitando a aprovação ambiental dos projetos individuais que venham a surgir depois.

Jornalista: A idéia da integração física da América Latina é um dos pilares de sua política externa. O senhor acha que há compromisso com essa idéia, considerando-se os impasses nas relações dentro do Mercosul e as dificuldades políticas em outros países da região?

Presidente: Os processos de integração do nosso continente não têm apenas dimensão política, eles adquirem, cada vez mais, importância econômica. No mundo atual o desenvolvimento não pode ser visto como um projeto exclusivamente nacional por nenhum país, sob risco de perder bonde da História. É por isso que, na negociação desses blocos, não devemos sucumbir às turbulências conjunturais, mas manter clara nossa visão estratégica de longo prazo. Acreditamos que as alianças estratégicas na América Latina, com destaque para o Mercosul, são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de todos. O Brasil é um País continental e uma economia relevante no mundo. Tem que fazer valer o seu porte e assumir a liderança que lhe é própria – respeitando, é claro, os demais países, dentro de um enfoque multilateral.

Jornalista: Ao rever, hoje como estadista, o projeto que o levou ao poder, que Brasil o senhor vislumbra para o fim do atual mandato?



Presidente: O esforço diário que temos feito neste governo tem como objetivo último a geração de empregos, a recuperação do nível de renda dos assalariados e o aumento das oportunidades para os novos empreendedores brasileiros, sejam eles pequenos ou grandes. Para isso, desde o primeiro dia do meu mandato temos buscado estabelecer condições mais favoráveis ao investimento no Brasil, em vistas à modernização e à ampliação da infraestrutura, sem perder de vista a preservação das condições macroeconômicas – com responsabilidade fiscal e inflação sob controle. Tenho a convicção de que o Brasil entrou em um ciclo sólido de crescimento sustentado da economia, apoiado por políticas efetivas de inclusão social que vão dividir esse bolo ao mesmo tempo em que ele está crescendo. Só assim colocaremos o País no rumo do desenvolvimento econômico com justiça social.

Jornalista: Educação e estímulos à inovação são fundamentais para o futuro da indústria e do País. Qual sua visão para estas dimensões?

Presidente: Um dos eixos de ação da Política Industrial do governo é justamente a inovação. Educação e tecnologia são o caminho para o País progredir para alcançar uma presença mais intensa no cenário internacional. O desempenho dos países que investiram maciçamente em educação e tecnologia demonstra isso. É um investimento que demanda tempo e paciência, mas traz resultados consistentes e duradouros, tanto do ponto de vista econômico como social. Várias medidas têm sido adotadas pelo governo nesse sentido. Estamos trabalhando para que o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) tenha mais agilidade na análise de pedidos de patentes. A parte de metrologia e avaliação de conformidade está sendo bastante estimulada também, com a criação de novos laboratórios nas áreas química e de materiais. Estamos investindo em pesquisa para gerar produtos e equipamentos que substituam as atuais importações. Está sendo



regulamentada nesse momento a Lei de Inovação, conduzida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que contribuirá muito para incentivar a tecnologia e a pesquisa científica no Brasil. Essa lei vai permitir a criação do Regime Fiscal Favorável à Inovação, um sistema para desonerar as empresas que investirem na área. Vamos aproximar o mundo acadêmico e as empresas, facilitando que as capacidades existentes nas instituições e centros de pesquisa sejam melhor aproveitadas pelo setor produtivo. Isso envolve questões como a formação de pessoal altamente qualificado, a geração de conhecimento e o registro de propriedade intelectual.

Jornalista: A indústria é um dos segmentos que mais sofreu com as dificuldades da economia brasileira nos últimos anos, com fraco ritmo de crescimento. Qual o papel que ela tem no projeto de Brasil do seu governo?

Presidente: É verdade. O Produto Interno Bruto brasileiro tem tido uma performance irregular ao longo dos últimos anos, intercalando taxas modestas de crescimento com momentos de crescimento quase nulo. Num contexto como esse, o setor industrial é muito afetado. Felizmente, essa tendência foi revertida neste ano, quando alcançamos, após um ajuste duro e necessário, condições macroeconômicas sólidas e favoráveis à continuidade do novo ritmo de crescimento. A indústria brasileira sempre teve papel fundamental no desenvolvimento do País, e neste momento tem contribuído de forma expressiva no esforço exportador, além de apresentar perspectivas positivas também quanto ao mercado interno – onde o consumo tem aumentado significativamente, especialmente no setor de eletrônicos e bens duráveis. O desafio agora é disponibilizar maiores investimentos em capacidade instalada para manter o ritmo de crescimento das exportações, aumentar o valor agregado às mesmas e acompanhar as necessidades de abastecimento do mercado interno, de forma alinhada com o ritmo de crescimento da economia.



Já no que diz respeito às pequenas indústrias, o desafio é o da atuação consorciada, do processo de associativismo, em vistas a reduzir custos de suprimento e produção e ganhar escala para ter melhores condições de competir no mercado globalizado. Precisamos desenvolver a cultura empreendedora internacional no Brasil, que é ainda incipiente em alguns setores, com estratégias mais ousadas de presença permanente no mercado externo. Precisamos de mais multinacionais brasileiras, pois não existem grandes economias sem grandes empresas internacionalizadas. O potencial deste País é imenso e o momento que estamos vivendo, dos mais auspiciosos. Quem confiar no Brasil e no povo brasileiro não vai se arrepender.